

PROCESSO 07/006070/2018
ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº 01/2018
PROJETO RIO + CRECHE

O Município do Rio de Janeiro, por intermédio da Secretaria Municipal de Educação – SME e da Subsecretaria de Projetos Estratégicos, torna pública a ata da audiência pública, realizada no dia 6 de setembro de 2018, para apresentação e discussão da licitação tendo como objeto a contratação de Parceria Público-Privada (PPP) para delegação, por meio de concessão administrativa, de obras e serviços não-pedagógicos de novas unidades escolares de educação infantil na cidade do Rio de Janeiro. A convocação para audiência pública foi publicada no Diário Oficial do dia 23 de agosto de 2018.

A audiência foi realizada às 16 horas, no Auditório do CASS (subsolo), localizado na sede da Prefeitura do Rio de Janeiro (Rua Afonso Cavalcanti, 455 - Cidade Nova, Rio de Janeiro – RJ). A audiência pública contou com o total de 123 presentes e a lista de presença é parte integrante do processo administrativo supracitado. As perguntas apresentadas por escrito durante a audiência pública foram transcritas nesta Ata e estão apresentadas em anexo. Uma das perguntas foi recebida sem identificação.

Os documentos referentes à PPP se encontram disponíveis no portal da Secretaria Municipal de Educação: <http://www.rio.rj.gov.br/web/sme>.

Aos seis dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezoito, às 16 horas, no Auditório do CASS (subsolo), localizado na sede da Prefeitura do Rio de Janeiro (Rua Afonso Cavalcanti, 455 - Cidade Nova, Rio de Janeiro – RJ), realizou-se a abertura da audiência pública referente ao PROJETO RIO + CRECHE, para apresentação e discussão da licitação tendo como objeto a contratação de Parceria Público-Privada (PPP) para delegação, por meio de concessão administrativa, de obras e serviços não-pedagógicos de novas unidades escolares de educação infantil na cidade do Rio de Janeiro. Iniciando os trabalhos, a mediadora Sra. Ana Lúcia de Moraes Barros explicou o regulamento da audiência pública aos presentes (afixado na entrada do auditório), incentivou os presentes a enviarem perguntas por escrito durante a audiência para respostas da mesa e convocou a Secretária de Educação, Sra. Talma Romero Suane, para abertura oficial do evento. A Secretária convidou para compor a mesa os senhores Weverton Vilas Boas de Castro, Coordenador-Geral de Projetos Estratégicos da Subsecretaria de Projetos Estratégicos; Maria Helena dos Prazeres Costa, Subsecretária de Gestão da SME; Aline Costa Cavalcante Rezende, Coordenadora de Matrícula da SME; Misael Saade Maia, Assessor da Subsecretaria de Gestão da SME e Fabíola Faria Batistas da Cunha, Gerente de Educação Infantil da Subsecretaria de Ensino da

SME. A Secretária de Educação, em seguida, realizou fala de abertura, salientando que o PROJETO RIO + CRECHE consiste em proposta inovadora da Prefeitura na área da educação e que tem dois propósitos principais: acabar com a fila de espera por vagas em curto e médio prazo e garantir que as demandas futuras sejam atendidas de pronto. Destacou, em resumo, que o objetivo é acolher crianças desde a primeira infância, trazendo ganhos inestimáveis aos cidadãos cariocas do amanhã. Sobre o funcionamento do projeto, destacou que a Prefeitura continuará responsável por toda parte pedagógica, pela gestão escolar e pela seleção dos professores, que continuarão sendo do quadro do município do Rio de Janeiro, logo, todos serão concursados. Em seguida, foi realizada pela mediadora uma apresentação geral do projeto, com suas principais diretrizes e dados. Dentre os principais objetivos do projeto, foram destacados: garantia do direito das crianças à educação; ampliar o número de vagas para alunos em creches e pré-escolas; profissionais da educação dedicados exclusivamente à atividade pedagógica; qualificar o desempenho na oferta de serviços não-pedagógicos; maior eficiência e otimização na prestação das atividades não pedagógicas; creches projetadas de acordo com Diretrizes da Secretaria Municipal de Educação. Foram apresentados os projetos referenciais, elaborados com os subsídios da equipe da Secretaria Municipal de Educação, da Vigilância Sanitária e do Instituto de Nutrição Annes Dias. Foram também apresentados os benefícios do projeto, como o maior foco em atividades pedagógicas; qualidade nos serviços de manutenção; inovação; pagamento do parceiro privado em função do desempenho; melhor planejamento orçamentário; maior acesso de financiamento ao setor privado; sinergia entre os serviços a serem prestados; sustentabilidade; menor tempo de obra na PPP em relação à licitação comum; existência de um serviço de *helpdesk* (suporte técnico) de apoio ao cotidiano das creches, dentre outros.

Após a apresentação, foi aberta a possibilidade de manifestação oral dos presentes. O Sr. Marcos Fagundes, membro do Ministério Público do Rio de Janeiro, ressaltou a importância do projeto para atendimento aos direitos fundamentais de educação das crianças e citou a importância da Deliberação nº. 250 de 19 de dezembro de 2017 do Tribunal de Contas do Município para formulação de suas perguntas. Nesse sentido, focou seu questionamento na elaboração dos estudos técnicos necessários. Também mencionou a importância do: efetivo interesse público; a vantagem econômica e operacional da proposta e a melhoria da eficiência no emprego dos recursos públicos relativamente a outras possibilidades de execução direta ou indireta; as metas e resultados a serem atingidos; as formas dos prazos de execução e de amortização do capital investido. A Sra. Débora do Ministério Público do Rio de Janeiro, coordenadora do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça e Tutela Coletiva de Proteção à Educação, se manifestou em seguida. Destacou que para o Ministério Público a questão da expansão de vagas para atendimento escolar da educação infantil é uma questão extremamente importante. Sua indagação foi sobre o impacto

financeiro que o empreendimento pode gerar nos recursos vinculados à educação. Entendeu que deve haver comprovação da vantagem do modelo e da economicidade da proposta, bem como deve ser verificada a sustentabilidade do projeto ao longo do tempo e a eventual questão do estrangulamento das contas públicas e dos recursos vinculados à educação. Por fim, se manifestou a Sra. Mel Cardoso, que é da Regional 2 do SEPE Rio de Janeiro e do fórum permanente de Educação Infantil do Rio de Janeiro. Indagou se não deveria haver investimento em creches públicas diretamente ao invés de envolvimento de um parceiro privado e qual será o repasse mensal ao parceiro privado. Também indagou sobre como se dará a governança na relação entre público e privado no funcionamento das creches.

Após as manifestações orais, como previsto no regulamento da audiência pública e reforçado pela mediadora, foi realizado um intervalo de 30 (trinta) minutos, para que fossem respondidas as questões apresentadas oralmente e por escrito pelos participantes. Retomando os trabalhos, os integrantes da mesa se dividiram para ler as perguntas realizadas por escrito e apresentar as respostas, que foram separadas por tema. O Sr. Weverton respondeu às indagações sobre a vantajosidade do projeto e sobre os estudos realizados. Dentre os pontos destacados em sua explanação, disse que a modelagem visa, principalmente, ao interesse público, à transparência e à democracia em todo processo. Informou que os estudos técnicos realizados serão disponibilizados e com relação à economicidade e ao impacto financeiro, reforçou o tempo reduzido de obras no modelo de PPP, bem como o menor índice de abandono e maior celeridade na entrega das escolas. Sobre as questões apresentadas em relação aos terrenos, apontou que todo o município do Rio de Janeiro foi mapeado, tendo sido levadas em consideração as micro áreas que têm demandas comprovadas por vagas e que serão utilizados terrenos públicos, não sendo necessário utilizar recursos financeiros com desapropriações. Indicou como critérios utilizados para o levantamento dos terrenos públicos, tais como: critério de demanda, fila de espera e existência de terreno municipal em condições físicas de receber construção. Com relação à pergunta sobre porque delegar ao particular um serviço que o poder público deveria realizar, o Sr. Misael respondeu que as creches serão públicas desde o seu início e que caberá e ao município todos os serviços pedagógicos, sendo a diretora a palavra máxima na escola, como é o caso nas demais unidades existentes. No que diz respeito aos serviços que serão prestados pelo parceiro privado, reforçou que, de modo geral, a prestação dos serviços não pedagógicos por entes privados já acontece em diversas unidades. Ainda, sobre os serviços que serão prestados pelo particular, a Sra. Mediadora também respondeu que somente a parte administrativa será delegada, tendo apresentado o exemplo da lâmpada que queimou em uma sala e o professor e/ou o diretor não precisam se preocupar com o conserto, já que devem acionar o parceiro privado, que terá a competência de resolver referido problema, bem como outras questões relacionadas a

manutenção predial A Secretária reafirmou que os serviços pedagógicos serão feitos exclusivamente pelos professores concursados da rede e, em nenhum momento, haverá a diferenciação entre a parte pedagógica nas creches do Projeto em questão em relação às demais unidades de educação infantil. Também foi questionado por escrito se as outras unidades educacionais também passariam a ser administradas por meio de PPPs. A resposta é que, nesse momento, não. A Secretária então ressaltou que a creche é da rede pública e que será pública desde o dia da inauguração. Com relação à escolha dos terrenos considerando a demanda por alunos, a Sra. Aline respondeu que para o mapeamento das micro áreas foram consideradas variáveis como população das regiões, os dados do censo com das matrículas, bem como novos empreendimentos de habitação que incrementem a demanda. Por fim, o Sr. Misael indicou que está sendo verificada a possibilidade de utilização de recursos federais no projeto.

Em seguida, a mediadora encerrou a etapa de respostas e indicou que a consulta pública do PROJETO RIO + CRECHE ainda se encontra disponível para contribuição no portal www.rio.rj.gov.br/SME/consultapublica012018. Incentivou todos a participarem e submeterem perguntas, que serão divulgadas e disponibilizadas em relatório. Ao final, a Secretária de Educação, Sra. Talma Romero Suane encerrou a audiência, se mantendo à disposição para o diálogo, agradecendo a presença de todos e indicando, novamente, a importância do Projeto para o Município do Rio de Janeiro.

As questões foram respondidas satisfatoriamente no momento do seu questionamento, não havendo impugnação por qualquer interessado.

Às 18 horas deu-se por encerrada a Audiência Pública.